

# Assim falou Luiza Bairros, por Fernanda Pompeu

*Nascida em 1953, a gaúcha de Porto Alegre Luiza Helena de Bairros - que nos deixou em julho de 2016 - adotou Salvador para viver e trabalhar. Nessa cidade - na cafeteria do Ibis Hotel, na rua Fonte do Boi, no bairro Rio Vermelho - eu tive o privilégio de entrevistá-la para uma publicação coordenada pela física e feminista Vera Soares. Aconteceu no ano da graça de 2006. Por ocasião dessa entrevista, Luiza era coordenadora do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI). Mais tarde, de 2011 a 2014, ela seria ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no governo Dilma Roussell.*

**[\(Fernanda Pompeu, 02/10/2016 - acesse no site de origem\)](#)**

*Filha de uma dona de casa e de um militar, Luiza teve a educação como o grande objetivo de sua vida. Tudo o que família pudesse fazer para investir na minha educação e na do meu irmão, fazia. Aluna de escola pública, começou a observar o racismo à brasileira: Éramos um a dois alunos negros por classe. Eu tinha muitas amiguinhas brancas, mas nos finais de semana tínhamos vidas separadas. Na Porto Alegre da época, havia uma interdição tácita para entrada de pessoas negras em vários ambientes.*

A consciência da discriminação racial foi aguçada na universidade, onde graduou-se em Administração de Empresas e Administração Pública. O racismo se torna mais explícito à medida que as pessoas negras entram em um espaço, efetivamente, de maioria branca. Caso das universidades. Foi na Bahia que ela encontrou o Movimento Negro Unificado (MNU) e a sociologia. *O Negro na Força de Trabalho na Bahia, entre os anos 1950 -1980* foi a sua dissertação de mestrado com foco na discriminação racial no mercado de trabalho, indicando que quanto maior a ascensão dos negros mais acirrado é o racismo. **Leia e confira:**

**Muita gente afirma que o preconceito do brasileiro é contra o pobre, aquele que não tem dinheiro para consumir. Por esse raciocínio, se o**

### **negro for um consumidor, o preconceito desaparece.**

Está aí um dos piores nós do racismo à brasileira. A suposição de que a discriminação é de caráter social. No meu modo de ver, a prevalência da pobreza na população negra é um dos efeitos do racismo. Não fosse assim, a desproporção entre brancos e negros pobres só poderia ser compreendida se fosse verdadeira a tese racista de que os negros são menos inteligentes, mais preguiçosos do que os brancos. O argumento que atribui a discriminação do negro à pobreza está dizendo o seguinte: *A população negra não foi capaz de responder aos estímulos que a sociedade, ao longo dos séculos, ofereceu às pessoas pobres.* Conclusão: se os estímulos se distribuíram igualmente, a única justificativa para a pobreza dos negros é a sua inferioridade intelectual e moral. É uma armadilha essa linha de pensamento e é extremamente comum. Quem faz este raciocínio o faz com a tranquilidade que a ignorância garante.

### **As pessoas fecham os olhos para o racismo?**

Fundamentalmente as pessoas continuam separando as desigualdades raciais do racismo. Um dos resultados dessa separação é muito concreto: um formulador de política pública lê uma informação acerca da desigualdade racial e continua formulando a política pública do mesmo jeitinho que fazia antes de ter a informação. Para essas pessoas, das duas uma, ou o racismo simplesmente não existe ou é ele visto como um *acidente* na trajetória de uma pessoa negra. Outra falácia é acreditar que as pessoas negras com rendas mais elevadas não são discriminadas. Informações e estatísticas demonstram que mesmo os negros de classe média são discriminados.

### **Explique melhor.**

Algumas evidências: os estudos de mortalidade infantil estabelecem relação entre morte de crianças e escolaridade da mãe. Ou seja, quanto mais baixa a escolaridade da mãe, mais alta a mortalidade infantil. Agora, quando esses dados são desagregados por raça e escolaridade, a mortalidade de crianças negras continua mais alta, mesmo quando se trata de mães com escolaridade alta. Também, na escola, quando nos deparamos com a defasagem idade/série, existe uma maior defasagem entre crianças negras independentemente da renda de suas famílias. Tais dados mostram que o efeito da renda nas condições de vida da população negra, em comparação

com a população branca, acaba sendo amortecido pela existência do racismo. Tenho notícia de uma pesquisa recente feita em Salvador. O objetivo era medir a incidência de hipertensão em crianças brancas e negras em escolas privadas. Resultado: as crianças negras tendem a ter a pressão mais alta do que as brancas. Ou seja, todas estão submetidas ao mesmo estilo de vida. Fica a pergunta: *o estresse sofrido por um uma criança negra, em uma escola particular de maioria branca, influencia nas ocorrências de hipertensão?* Outro aspecto do racismo diz respeito às diferenças salariais entre negros e brancos em posições que exigem nível universitário. A diferença é maior, sempre a favor do branco, do que entre negros e brancos em ocupações nas quais o requisito de escolaridade é mais baixo. Na real, se formos pensar na forma como operam os mecanismos do racismo, veremos que seus efeitos tendem a ser mais explícitos entre as pessoas negras de renda mais alta.

### **Elas estão entrando em um espaço não determinado para elas?**

Exatamente. Quanto mais desvalorizadas as ocupações, menores as diferenças salariais. Por isso, muita gente acha que o racismo brasileiro é mito. Aliás, o racismo no Brasil tem o poder de fazer com que as pessoas brancas se sintam confortáveis em viver em uma sociedade que, supostamente, não exige delas nenhum tipo de identidade racial. Eis o lance.

### **Afinal, o que é o racismo?**

Eu vejo o racismo como a ideologia em estado puro. É o que informa e o que possibilita desenvolver o preconceito e praticar a discriminação. É o que sustenta. O racismo engloba todas as relações, passa por dentro delas. É uma ideologia baseada na desumanização do outro, no extermínio do outro. O extermínio do outro só é possível porque há grupos que se supõem superiores. Não existe racismo de baixo para cima, pois ele sempre pressupõe a ideia de superioridade. Portanto, o Brasil é um país com um racismo bem desenvolvido. Tão desenvolvido que, durante muito tempo, sua existência pôde ser negada criando uma espécie de *racismo invisível*. A ponto de acusarem os que falam a palavra racismo de promotores de sua existência. Ou seja: deixa tudo como está, pois assim estamos todos confortáveis.

### **Não discutir para mantê-lo invisível?**

Uma das marcas da invisibilidade acontece quando comparamos o processo brasileiro de organização política das pessoas negras com o de outros países. O que se constata? Aqui não se constituíram aliados do movimento negro. Organizações brancas, partidos políticos nunca foram aliados. Pois existe, por parte deles, a crença de que o racismo é uma invenção. Algo importado dos EUA. Quando muito se dizia: *Existe racismo é no Rio Grande do Sul*. Eu enfrentei isso particularmente. Por conta do meu sotaque gaúcho, as pessoas, logo que vim morar em Salvador, tentavam me calar alegando que eu trazia um problema do Rio Grande do Sul que não existia na Bahia.

### **Usar a palavra raça tem sido muito criticado.**

A questão do uso ou não da categoria raça tem sido problematizado. Alguns usam entre aspas. No entanto, acho que existe um patamar de consenso construído: falar de racismo sem raça seria muito difícil, pois quem cria a raça é oracismo. Por isso, a palavra raça, embora seja contestada na biologia, está sendo usada como uma construção social. Assim é preciso lançar mão do termo raça para enfrentar o racismo.

### **O que motivou você a participar do Movimento Negro Unificado - MNU?**

Eu sempre fui uma pessoa de grupos. Desde que me lembro por gente, sempre penseivamos *nos reunir para fazer, para construir juntos*. Eu participei de grêmios estudantis, diretório acadêmico. Fazer política é uma constante em minha vida. Então, quando o MNU apareceu na minha frente, eu pensei: *É essa a minha turma*. Tratava-se também de um movimento muito democrático, abrigava quem quisesse participar. Agora, mesmo antes da militância, sempre fui uma pessoa antenada. Lia muito a respeito da organização dos negros. Lia o que se produzia no Rio de Janeiro e em São Paulo. Um pouco da literatura norte-americana também. Intuí que ser negro tinha um grande potencial para a organização política. Fazendo um balanço, acho que uma das grandes contribuições do MNU foi tornar o racismo explícito. Resolvemos mostrar a existência do racismo levantando denúncias de casos de discriminação.

### **Como vocês fizeram?**

Passamos 10 anos arrolando denúncias de racismo. Reunimos casos de

negros discriminados no trabalho, no ônibus, nos bancos, hospitais etc. A ideia era: *se conseguirmos informações que comprovem as discriminações raciais não haverá argumentos contra isso*. Também, a Universidade, lá pela metade dos anos 1980, começou a explorar mais linhas de pesquisa sobre os negros.

### **Essas informações fizeram diferença?**

É claro que sim. Hoje estamos vivendo uma segunda onda na produção de dados das desigualdades raciais. Uma onda com grau de visibilidade muito maior. A primeira onda, ocorrida nos anos 1980, foi provocada pela nossa pressão para a volta do quesito Cor no Censo de 1980. Pois a partir dos anos 1990, o governo começou a assumir o papel principal na produção de informações sobre as desigualdades raciais. Ora, quando as instituições governamentais entraram em campo, a questão racial ganhou em dimensão. Quando o assunto saiu dos âmbito mais exclusivo do movimento negro para a esfera do governo ganhou maior visibilidade.

### **Como você vê o papel do movimento negro e do movimento de mulheres negras no desenho das políticas de combate a discriminações?**

Especificamente em relação aos negros, os governantes não podem mais se dar ao luxo de desconsiderar o conhecimento que o movimento negro - misto e de mulheres negras - criou em função da necessidade de tentar produzir respostas para a comunidade negra. Respostas, muitas vezes, que seriam da competência do Estado. Mas que, por inércia, ele não criou. No caso dos negros, e também das mulheres, o Estado só tem uma fonte para beber: as experiências de combate ao racismo e ao sexismo forjadas nos movimentos sociais. Não tem outro poço para tirar água.

### **Quer dizer o Estado precisa da informação dos movimentos?**

Precisa. Pois parte da dificuldade do Estado é incorporar um conhecimento que, historicamente, tem sido deslegitimado nas mais diversas formas. Isso é mais flagrante no caso do movimento negro. Não chegamos a ter, como no movimento feminista, uma legitimação pelo pensamento acadêmico daquilo que fazíamos e inventávamos. Isso não chegou a acontecer totalmente.

### **O que é racismo institucional? É o praticado pelas instituições? É o**

## **racismo institucionalizado?**

Racismo institucional tem a ver com a capacidade que as instituições têm de produzir desvantagens para determinados grupos. Nós chegamos a essa definição por meio do intercâmbio com a *Comissão de Igualdade Racial do Reino Unido*. Lá, eles buscaram operar com o racismo trazendo a discussão para dentro do Estado. Eles partiram da constatação do comportamento inadequado da polícia em relação aos negros para, a partir disso, levar a questão do racismo para o Estado como um todo. O contato com a *Comissão de Igualdade Racial do Reino Unido* foi fundamental para percebermos, no Brasil, a possibilidade de trabalhar com o conceito de racismo que não fosse tão geral e nem tão particular. Ao trabalhar com o racismo institucional saímos da generalidade. Escapamos da noção de racismo como um fenômeno que seria tão generalizado na sociedade, a ponto de provocar o sentimento de que ninguém pode fazer nada para combatê-lo, porque ninguém é diretamente responsável pela sua existência. Também escapamos de uma noção mais particular de racismo, aquela que vê o indivíduo como o único ou principal agente do racismo e, portanto, com a possibilidade de agir de acordo com convicções que lhe seriam próprias. A partir disso partimos para uma zona intermediária, na qual a instituição pode ser vista como um ente que - por preconceito, ignorância, ou falta de atenção com as diversidades e as desigualdades - acaba por produzir desvantagens sociais para determinados grupos raciais.

## **Você pode dar exemplos de racismo institucional?**

São muitos. Por exemplo, dentro da população negra ocorre um processo de *mortalidade escolar*, ou seja, não são apenas as crianças que evadem, são as que saem da escola e nunca mais voltarão. Ora, quem produz a mortalidade escolar é a instituição escola. Para resolver isso, a escola precisa rever seus mecanismos de discriminação e se perceber como produtora dessas situações. Outro caso extremo é o racismo praticado pelas instituições policiais que comprovadamente veem os negros como alvos suspeitos. Daí é possível confrontar o senso comum que diz: *A desigualdade racial está aí, mas não tem nada a ver com o racismo*, respondendo: *A desigualdade racial está aí, porque as instituições a produzem quando praticam o racismo*.

## **Isso quer dizer que os serviços prestados pelas instituições do Estado**

## **beneficiam alguns grupos raciais e produzem desvantagens para outros?**

Exatamente. O racismo institucional tem a ver com a forma com que a instituição se estrutura, como ela é composta. Aí vamos perceber que nos lugares de decisão a maioria das pessoas é branca. Os programas e os projetos executados, no seu conteúdo, não levam em conta as diferentes necessidades das pessoas que demandam esses programas, esses projetos. Além disto, também percebemos o racismo pela total ausência de normas, de regulamentos que, de algum modo, previnam ou desencorajem a prática de atos discriminatórios. Se as diferenças entre os grupos raciais não estão sendo consideradas, a instituição está praticando o racismo. Formalmente, a instituição apregoa: *Não se estabelece diferença entre as pessoas*. Mas, muitas vezes, no contato do servidor com quem demanda o serviço, o que acaba vigorando são as percepções individuais acerca das diferenças entre negros e brancos. Na verdade, as dimensões de racismo institucional estão interligadas: ocorre entre os servidores, na relação dos servidores com o público, na ação final das instituições.

## **O combate ao racismo institucional tem várias frentes?**

Dentro do *Programa de Combate ao Racismo Institucional*, a abordagem multifacetada nos permitiu verificar o seguinte: se não se produzir uma modificação na cultura institucional não vamos conseguir as tão sonhadas políticas públicas de promoção da igualdade racial. É necessário dar concretude para as instituições, pois elas são abstratas, apenas existem nos regulamentos. Temos que torná-las mais objetivas e palpáveis para quem está lá dentro. Temos que mostrar que existe uma influência recíproca entre a percepção dos sujeitos que fazem parte da instituição e aquilo que a instituição diz que quer fazer.

## **Por exemplo?**

O preenchimento do quesito Cor. Ele existe em muitos formulários de órgãos públicos. Isto sugere que a instituição está dizendo que é importante saber a cor da pessoa, assim como o estado civil, a ocupação, a escolaridade, o sexo, entre outros. Ou seja, está indicando que a cor e as outras dimensões dizem algo sobre a pessoa que está sendo atendida, que interessa à instituição conhecer. Mas o que costuma ocorrer? Quem está atendendo, no balcão,



pergunta tudo e pula o quesito cor. Mais uma vez é a percepção do indivíduo, do funcionário, prevalecendo sobre uma norma institucional. A percepção de que o quesito cor é irrelevante, ou que perguntar a cor da pessoa é ofensivo. Conclusão: o quesito cor não será preenchido. Informação perdida.

### **Antes de mais nada é necessário diagnosticar.**

Nossa primeira investida é: *Vamos diagnosticar este lugar no qual trabalhamos*. Vamos checar onde estão os nós que precisam ser desatados para que possamos criar, aqui dentro, um ambiente favorável à formulação e implementação de políticas públicas que reconheçam as diferenças entre homens e mulheres e entre negros e brancos. Com o *Programa de Combate ao Racismo Institucional* - na Bahia e em Pernambuco - buscamos desvendar como as noções racistas influenciam nas práticas institucionais. E como as práticas institucionais influenciam nas relações internas e com o público. Com isso, temos conseguido avanços importantes.

### **Como vocês fazem na prática?**

Por meio de oficinas, criamos condições de reflexão e discussão. As pessoas têm a possibilidade de se rever, dentro das instituições, com um outro olhar. E o mais importante: elas próprias propõem meios, formas, um plano de trabalho para superar essas contradições. Não pode ser um pacote. As pessoas têm que estar envolvidas no debate. Precisam participar. No primeiro momento, sempre há resistência. É um momento de negação absoluta. As pessoas dizem: *Eu sei o que estou fazendo, já trabalho nisso há muito tempo*. Outro aspecto importante é que não interessa se a instituição *desconhece* seu comportamento racista. O racismo não deixa de existir por causa desta *inconsciência*, pois tem que ser medido pelo efeito que provoca no outro. Se o efeito existe, o racismo está lá.

### **Então vocês trabalham com o subjetivo das pessoas e a imagem das instituições?**

Estamos trabalhando entre a dimensão macro e a dimensão subjetiva para encontrar uma zona na qual seja possível agir. É um trabalho fascinante. Por outro lado, é um trabalho que causa estranhamento dentro das instituições. Elas não estão, em absoluto, habituadas a fazer sobre si próprias um tipo de reflexão que coloca em discussão não apenas a sua cultura, o seu modo de



pensar e de operar, mas que põe em xeque processos e resultados de sua ação.

**Por muito tempo, foram para debaixo do tapete as diferenças entre mulheres negras e brancas. O mote era: *somos todas iguais, o machismo é um inimigo comum*. Então mulheres do movimento negro começaram a mostrar que não era bem assim, que havia uma relação hierárquica a favor das brancas e contra as negras. A pergunta é: quais foram os avanços nas relações entre negras e brancas organizadas?**

A relação entre ativistas brancas e negras mudou muito. A mudança foi provocada pela dificuldade de um diálogo mais igualitário entre negras e brancas dentro do movimento de mulheres. Isso só se tornou possível com a criação do movimento de mulheres negras. Aí na medida em que se constitui uma nova força, o outro lado acaba sendo obrigado a incorporar os questionamentos e sente a necessidade de criar uma visão mais diversa. Creio que houve por parte das mulheres negras tranquilidade para absorver o que o feminismo criou como teoria, como possibilidade de análise das nossas diferentes situações etc. As mudanças de perspectivas beneficiaram ambos os lados.

### **Como?**

Por exemplo, sem o movimento das mulheres negras, as ideias do movimento feminista majoritariamente branco não teriam conseguido a penetração popular que tem hoje. Nas Conferências e Encontros de Mulheres a presença das negras é esmagadora. Então, o ganho para o feminismo foi incrível: as ideias de autonomia, empoderamento, entre outras, se popularizaram. Crédito para as mulheres negras que tornaram tudo isso moeda corrente para uma parcela significativa da população. Chegará um momento que as mulheres negras organizadas serão chamadas apenas de mulheres organizadas. A palavra negra não será necessária, porque seremos a maioria dentro do feminismo.

**Efetivamente o que pode ser feito para melhorar as condições de oportunidades para as mulheres negras?**

Não há como melhorar a vida das mulheres negras sem melhorar a vida da

população negra em geral. As pessoas negras fazem parte de uma comunidade de destino. É óbvio que, na prática, ao pensar a melhoria para o conjunto da comunidade, precisa ser visto que condições devem ser criadas para que as mulheres negras se insiram nessas melhorias de forma efetiva. Não estou dizendo que gênero não faz diferença entre homem preto e mulher preta. Mas, no geral, a situação de cada um tem que ser pensada sem perder de vista a situação do conjunto. O que melhor evidencia essa visão são as pautas das organizações de mulheres negras. Vamos encontrar o trabalho específico com as mulheres, ao lado da atuação política, contra o extermínio dos jovens negros, preocupações com a questão da educação não racista. Vamos encontrar ações de apoio jurídico nos casos de discriminação racial, dirigidos tanto às mulheres quanto aos homens. Mas em todo o trabalho com a comunidade, há um esforço evidente para que as mulheres negras sejam reconhecidas e empoderadas no seu papel político e social. A dimensão de gênero é fundamentalmente o que diferencia a organização de mulheres negras das organizações negras mistas. Nas organizações mistas, o empoderamento das mulheres não está em absoluto colocado.

### **Voltamos à questão de gênero?**

Eu tenho a impressão que para as feministas brancas a preocupação com a forma como o sexismo atinge os homens é menos pronunciada do que para as mulheres negras. Isto se manifestou na tensão, tempos atrás, entre os dois movimentos. As mulheres negras ouviam muito: *Vocês não são feministas*. E talvez não fôssemos mesmo naqueles termos colocados. Sem dúvida, o mundo é afetado pelo patriarcado, mas não só por ele. No feminismo, os homens só aparecem pela via do questionamento ao patriarcado. Até, por conta disso, eles acabam sendo o alvo mais perceptível. Do ponto de vista das mulheres negras, acho que isso não é possível totalmente.

### **A mulher negra é poderosa no privado e desvalorizada na esfera pública?**

São as complicações do racismo. Para a população negra, o racismo cria a dicotomia do poder da mulher negra para dentro da comunidade e a ausência de poder dessa mesma mulher para fora. *Aí, o lugar de poder é institucional, institucionalizado*. Sempre chamo atenção para o texto da Lélia González (1935-1994) *Racismo e sexismo na cultura brasileira* - de 1980. Lélia sugere,

mais ou menos, o seguinte: *O poder das mulheres negras para fora da comunidade tem sido muito mal avaliado, até mesmo pelo movimento negro. Ela recupera a figura da Mãe Preta, afirmando que ela possibilitou o enegrecimento da cultura brasileira, e semeou os modos de falar do Brasil etc.* Quando dizemos que *para fora a mulher negra não tem poder*, talvez estejamos partindo de uma noção de poder que as instituições brasileiras definem: espaços ocupados pelos homens brancos. Agora, existem outras dimensões de poder que têm que ser mais valorizadas para que o poder institucional também possa se tornar uma possibilidade para as mulheres negras. Se uma pessoa se percebe o tempo todo como alguém que não pode absolutamente nada, como ela vai criar expectativas para ocupar espaços de poder formal? Não tem como. Ainda há um longo caminho a ser percorrido pelas mulheres negras e pela comunidade negra em relação à dicotomia do poder da mulher negra. Isso é bastante forte na Bahia, por conta da presença das mães de santo. As ialorixás têm o poder absolutamente reconhecido por todos, homens e mulheres, de qualquer idade, negros e até alguns brancos. No entanto, muitas vezes, é um poder confinado a uma função e a um espaço. Por exemplo, um homem negro pode reconhecer o poder e a força de uma ialorixá, mas desconhecer a importância e a força da sua companheira negra, da irmã e da filha.

### **Qual o papel da Academia na produção de conhecimento das questões raciais?**

Na nossa sociedade, conhecimento que a Academia não legitima não tem poder. Daí, por um lado, a Academia cumpriu um papel muito relevante. Por outro lado, como costuma acontecer, há incertezas quanto ao reconhecimento desse conhecimento novo produzido acerca da experiência negra do Brasil. Ele é legitimado por uma parte da Academia, não por toda ela. Existem intelectuais negros que desempenham um papel importante, a partir de suas universidades ou de suas organizações políticas, de tentar promover novas ideias, novas maneiras de interpretar a política racial no Brasil e os processos que a determinam. Mas existe, também, uma resistência enorme para enfrentar o racismo, que vem de dentro da própria Academia, geralmente dos acadêmicos brancos. Tal resistência independe do fato de terem ou não estudado a questão racial. Estamos presenciando isso, agora, com a política das ações afirmativas nas universidades. O fato é que

encontramos um número considerável de acadêmicos - muito respeitados pelo que produziram acerca da situação de pessoas negras no Brasil - contrários às cotas nas universidades. Ou seja, o conhecimento da realidade dos negros não implica, necessariamente, em concordar que o Estado intervenha para que a situação se modifique. Trocando em miúdos, é muito instável a nossa posição na chamada Academia. Não necessariamente um conhecimento sobre o que é o racismo, sobre os efeitos que ele produz, implica em um consenso acerca do que deva ser feito. Há uma disputa pela hegemonia do tratamento da questão racial. Mas a boa notícia é que está sendo quebrada a hegemonia branca, estabelecida historicamente, acerca do que é o racismo e quais são as formas que devem ser adotadas para combatê-lo. Isso sempre foi definido pelos brancos. Hoje, o jogo está virando. A disputa pela hegemonia é explícita nas polarizações contra e a favor das ações afirmativas. Quem vencerá essa disputa só o tempo dirá.

---

## **Sistema das Nações Unidas no Brasil lamenta falecimento de Luiza Bairros**

**(ONU Brasil, 12/07/2016)** “Luiza Bairros foi um exemplo para todos nós. São poucos os que conseguem, em seu tempo de vida, realizar tanto pelo aprofundamento da democracia brasileira, pela construção da igualdade racial e pelo empoderamento das mulheres negras”, diz um trecho da nota. Confira na íntegra.

É com pesar que o Sistema das Nações Unidas no Brasil recebe a notícia do falecimento de Luiza Bairros, hoje (12) pela manhã, em Porto Alegre.

Luiza Bairros foi um exemplo para todos nós. São poucos os que conseguem, em seu tempo de vida, realizar tanto pelo aprofundamento da democracia

brasileira, pela construção da igualdade racial e pelo empoderamento das mulheres negras. Sua atuação na academia, no movimento negro e no cargo de ministra que ocupou, estando à frente da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, demonstram uma vida de compromisso e dedicação para com os movimentos sociais e com a justiça social neste país.

Assim como a sociedade brasileira, o Sistema ONU no país também lhe deve reconhecimento. Luiza Bairros participou ativamente da Conferência de Durban - evento que reuniu em 2001 participantes de 173 países na África do Sul para discutir medidas contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e intolerâncias correlatas - e seus desdobramentos; ajudou a construir ativamente projetos de vários organismos da ONU para o combate ao racismo; e teve um papel fundamental na fundação do Grupo Temático da ONU sobre Gênero, Raça e Etnia, um dos grupos mais atuantes da ONU Brasil.

Hoje, só nos resta reconhecer e homenagear o legado que ela deixa. É lembrando e cultivando a memória dos feitos, das palavras e das ações de pessoas como Luiza Bairros que nós, que ficamos para trás, construímos a teia que conecta o passado a um futuro comum; iluminamos, ainda que sejam incertos os caminhos, a trilha por que devemos seguir em direção a uma sociedade mais justa e igual, de cujo desenvolvimento ninguém seja esquecido ou deixado para trás.

Aos seus familiares e amigos, a ONU Brasil estende suas sinceras condolências e seu caloroso abraço.

*Brasília, 12 de julho de 2016*

Sistema das Nações Unidas no Brasil

***Acesse no site de origem: [Sistema das Nações Unidas no Brasil lamenta falecimento de Luiza Bairros \(ONU Brasil, 12/07/2016\)](#)***

---

# **É com grande pesar que informamos que Luiza Helena Bairros faleceu esta manhã em Porto Alegre**

**(Geledés, 12/07/2016)** É com grande pesar que informamos que Luiza Helena Bairros faleceu esta manhã em Porto Alegre vítima de câncer no pulmão contra o qual lutava há meses.

Natural de Porto Alegre, era graduada em Administração Pública e de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul além de possuir títulos de Mestre em Ciências Sociais (UFBA) e de Doutora em Sociologia (Universidade de Michigan - USA). Morava em Salvador desde 1979, onde atuou em diversos movimentos sociais, com destaque para o Movimento Negro Unificado - MNU. Trabalhou em programas das Nações Unidas - ONU contra o racismo em 2001 e em 2005. Foi titular da Secretaria de Promoção da Igualdade Social da Bahia e Ministra-chefe da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial do Brasil, de 2011 a 2014. Trabalhava e militava politicamente nas áreas de raça e gênero.

Para os movimentos sociais sobretudo os de mulheres e negros Luiza Bairros deixa reflexões fundamentais para compreensão e ação política pela igualdade de gênero e raça.

Para a administração pública Luiza Bairros deixa ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) uma ferramenta que segundo ela inaugura a possibilidade de um novo ciclo das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil visando o fortalecimento e a institucionalização de órgãos, conselhos, ouvidorias permanentes e fóruns voltados para a temática nos estados e municípios.

Luiza Bairros considerava que o Sinapir exige um esforço especial de gestores e gestoras no sentido da institucionalização dos órgãos de Promoção da Igualdade Racial (PIR). Segundo ela: “Não existe qualquer possibilidade

de uma política pública ser bem-sucedida se o trabalho não for desenvolvido com os entes federados, porque é dessa maneira que se consegue que a política chegue às pessoas. Os resultados desse esforço vão depender também do empenho de governadores e prefeitos na compreensão da política de PIR.”

Para saber mais sobre Luiza Bairros [click aqui](#)

O Portal Geledes oferecerá maiores informações acerca do velório e sepultamento assim que forem disponibilizadas pela família.

***Acesse no site de origem: [É com grande pesar que informamos que Luiza Helena Bairros faleceu esta manhã em Porto Alegre \(Geledés, 12/07/2016\)](#)***

---

## **A liderança combativa e generosa de Luiza Bairros, por Maria Carolina Trevisan**

***(Brasileiros, 12/07/2016)*** *Por quatro décadas, ela esteve à frente das principais conquistas das mulheres negras e do povo negro. Seu legado inspira a continuidade da luta*

A voz rouca e a postura firme revelavam uma mulher forte. Guerreira desde sempre, a trajetória da socióloga Luiza Helena Bairros garantiu conquistas que ajudaram a construir um País mais justo. No dia a dia da luta e no incansável trabalho, ela expôs o racismo inerente à sociedade brasileira e ajudou a derrubar o mito da democracia racial, que paralisava avanços e justificava - de maneira velada - a exclusão racial. Foi imprescindível nos direitos mulheres negras e a primeira a propor o enfrentamento ao genocídio dos jovens negros, que segue nos acometendo.



## **Leia mais:**

[Dilma Rousseff lamenta morte da ex-ministra Luiza Bairros \(A Tarde, 12/07/2016\)](#)

[Nota de pesar sobre o falecimento de Luiza Bairros, feminista negra e ex-ministra da Igualdade Racial \(ONU Mulheres, 12/07/2016\)](#)

[Sistema das Nações Unidas no Brasil lamenta falecimento de Luiza Bairros \(ONU Brasil, 12/07/2016\)](#)

Luiza morreu nesta terça-feira, 12 de julho, em Porto Alegre, aos 63 anos. Foi vítima de câncer de pulmão, doença descoberta em março deste ano e sobre a qual não queria falar.

Contundente em suas posições e uma grande liderança, ela devolveu ao povo negro a dignidade de existir no Brasil. Ministra chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) entre 2011 e 2014, no primeiro governo de Dilma Rousseff, Luiza foi também importante nas negociações que implementaram o Estatuto da Igualdade Racial, em 2009, o primeiro grande marco de direitos para a população negra.

Foi igualmente fundamental para a existência das cotas raciais e lutava para que fossem instituídas em todos os níveis, incluindo o Parlamento. “Conheci Luiza há muitos anos, na luta feminista, quando percebemos que o feminismo negro teria que ser pautado diferentemente do feminismo branco. Fizemos uma parceria enorme e avançamos muito juntas”, lembra a ex-ministra de Políticas para Mulheres Eleonora Menicucci. “Ela era imbatível, uma guerreira, o legado que deixa é enorme. A saudade é muito grande. Com toda a sua ética e sua rigidez, sempre pautou sua vida pela justiça, pela liberdade e solidariedade.”

## **Legado**

Luiza Bairros era natural de Porto Alegre (RS), mas amava viver em Salvador (BA). Sempre que podia, corria para a “terra de todos os santos”, onde morava desde 1979, quando conheceu o Movimento Negro Unificado.

Era mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em sociologia pela Michigan State University. Graduou-se em

Administração Pública e de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e se especializou em Planejamento Regional pela Universidade Federal do Ceará.

Entre 2001 e 2003, atuou no programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na preparação e acompanhamento da histórica III Conferência Mundial Contra o Racismo. De 2003 a 2005, trabalhou na pré-implantação do Programa de Combate ao Racismo Institucional para os Estados de Pernambuco e da Bahia junto ao Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID). De 2005 a 2007, voltou a ser consultora do PNUD, coordenando o programa de combate ao racismo institucional nas prefeituras do Recife e de Salvador. Em 2008, tornou-se secretária de Promoção da Igualdade Racial da Bahia. Deixou o cargo para assumir a Secretaria Especial de Igualdade Racial, que chefiou até 2014.

### **Militante da causa negra e da democracia**

Pautada pela necessidade de tirar as propostas do papel e colocar na prática, tornou realidade o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir). Em sua visão, a importância desse sistema seria inaugurar a possibilidade de envolver todas as esferas do poder em um novo ciclo das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, fortalecendo conselhos, ouvidorias permanentes e fóruns estaduais e municipais.

“Luiza foi uma incansável militante da causa negra e da democracia brasileira”, declarou a presidenta afastada Dilma Rousseff. “Sua obra permanece viva e continua sendo um símbolo da luta contra o preconceito e em favor das melhores causas da vida política nacional.”

### **Guerreira incansável**

A esta repórter, Luiza Bairos concedeu algumas entrevistas memoráveis, a última durante a [Marcha das Mulheres Negras](#), que aconteceu em Brasília, no ano passado. Também trabalhamos juntas em um projeto sobre [“Imprensa e Racismo”](#), da Andi-Comunicação e Direitos, para compreender a cobertura dos grandes veículos de comunicação sobre os temas ligados à questão racial; também tive a honra de atuar com ela em um programa inédito da

Fundação Kellogg de enfrentamento ao racismo no Brasil. Era firme em explicar a persistência do preconceito racial. Junto às amigas e companheiras de militância Sueli Carneiro e Vilma Reis, grandes líderes do movimento negro, Luiza me ensinou muito.

Sempre firme e precisa, a cada encontro sua força me chamava a atenção. Por trás da seriedade, havia um coração extremamente generoso. “Luiza inventou um mundo para que todos nós existíssemos com dignidade e cabeça erguida”, recorda Vilma Reis, ouvidora da Defensoria Pública da Bahia. “Ao falar, não perdia uma palavra na precisão e na convicção política de que todos - o povo negro e as mulheres negras - temos direitos nessa sociedade brasileira.”

Na última entrevista que fizemos para o site [Jornalistas Livres](#), Luiza apontou caminhos. “O racismo não está mais protegido pela ideia da existência de uma democracia racial. Portanto, fica agora muito mais evidente que a questão negra não é uma questão específica. Precisa ser tratada no âmbito das grandes questões nacionais”, disse.

Para Luiza, é hora de avançar na ocupação do poder político institucional. “Ou você faz com que essas concepções que o movimento negro construiu ao longo do tempo cheguem nas instituições através das pessoas que têm efetivamente esse tipo de interpretação e análise da sociedade brasileira, ou então você não vai muito mais adiante. Não tem mais como você pensar o país desconsiderando a população negra, que é a maioria da população. Você não estaria fazendo nada, não estaria pensando nada.”

Em Brasília, haverá nesta terça-feira (12) uma homenagem para Luiza a partir das 17h, na Praça Zumbi, no Conic.

O velório começa hoje, às 20h, na capela 9 do Cemitério João XXIII. Na quarta-feira (13), o cortejo segue para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e o velório acontece a partir das 16h. O enterro será na quinta-feira, 14 de julho, às 15h, no Cemitério João XXIII, em Porto Alegre.

Luiza nos fará muita falta. Mas nos inspira a seguir firmes. Como ela sempre foi.

Salve a força do povo negro!

***Acesse no site de origem: [A liderança combativa e generosa de Luiza Bairros, por Maria Carolina Trevisan \(Brasileiros, 12/07/2016\)](#)***

---

# **Luiza Bairros recebe prêmio Bertha Lutz**

***(Agência Senado, 26/02/2016)*** O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello será o primeiro homem a receber o diploma Bertha Lutz, concedido pelo Senado a pessoas que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e a questões de gênero no Brasil.

Como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Melo lançou em 2014 a campanha publicitária “Mais Mulheres na Política”. Ele também ajudou a conceber a ideia publicitária “Todo Poder às Mulheres”, defendendo condições que favoreçam a maior participação feminina em todas as instâncias de poder e de atuação na sociedade.

O prêmio, que está na 15ª edição, será entregue em 8 de março durante a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher, marcada para as 11h.

## **A homenagem**

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz foi criado em 2001 e já premiou 75 mulheres. Entre elas, Rose Marie Muraro, escritora e feminista; Maria da Penha, farmacêutica que inspirou com sua luta pessoal a aprovação da Lei Maria da Penha; Zilda Arns, que foi coordenadora da Pastoral da Criança; a presidente Dilma Rousseff; e a ex-senadora Emília Fernandes, autora do projeto que deu origem à premiação.

O nome do prêmio é uma homenagem à bióloga Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976). Ela foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil, responsável por ações políticas que resultaram em leis que deram direito de voto às mulheres e igualdade de direitos políticos no início do século 20.

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, presidido pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), é composto por 15 senadores que escolhem, anualmente, cinco pessoas entre as indicadas por qualquer um dos 81 senadores e senadoras. Desde o ano passado, quando foi aprovado projeto de lei alterando a Resolução 2/2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, podem ser indicados homens e não apenas mulheres.

Para a autora do projeto, senadora e titular da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), “é preciso reconhecer que as mulheres não estiveram sozinhas na jornada em favor da igualdade entre homens e mulheres”.

Neste ano, o Diploma Bertha Lutz também será entregue à ex-ministra Ellen Gracie Northfleet, primeira mulher a integrar e presidir o Supremo Tribunal Federal; à cirurgiã-dentista Lucia Regina Antony, ex-vereadora em Manaus, líder feminista, fundadora e ex-presidente do Comitê de Mulheres da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e da União de Mulheres de Manaus; à militante nas áreas de raça e gênero Luiza Helena de Bairros, ex-titular da Secretaria de Promoção da Igualdade Social da Bahia e ex-ministra-chefe da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial do Brasil (2011 a 2014); e à escritora Lya Luft.



## Agraciados na 15ª edição do prêmio Bertha Lutz



### Ellen Gracie Northfleet

Natural do Rio de Janeiro, é graduada em Direito e especialista em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Começou a carreira de jurista como Procuradora Regional da República, exercendo depois também o cargo de desembargadora federal. Foi a primeira mulher a integrar e a presidir o Supremo Tribunal Federal (STF). Participou de importantes processos de decisão para a população, dentre os quais o que tratou da definição de união civil homoafetiva. Sempre defendeu e lutou por uma maior participação das mulheres brasileiras na vida nacional e no cenário internacional.



### Lucía Regina Antony

Natural de Manaus, é cirurgiã-dentista e servidora pública municipal. Líder feminista, fundou e presidiu o Comitê de Mulheres da Universidade Federal do Amazonas e a União de Mulheres de Manaus. Em 1988, participou da fundação e foi eleita diretora da União Brasileira de Mulheres. Foi vereadora por Manaus em duas legislaturas, de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012. Também foi diretora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Sindicato dos Odontólogos e presidente do SindSaúde do Amazonas.



### Luiza Helena de Bairros

Natural de Porto Alegre, é graduada em Administração Pública e de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em Sociologia pela Universidade de Michigan. Mora em Salvador desde 1979, onde atuou em diversos movimentos sociais, com destaque para o Movimento Negro Unificado (MNU). Trabalhou em programas das Nações Unidas contra o racismo em 2001 e em 2005. Foi titular da Secretaria de Promoção da Igualdade Social da Bahia e ministra-chefe da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial, de 2011 a 2014. Trabalha e milita em defesa das questões de raça e gênero.



### Lya Luft

Natural de Santa Cruz do Sul, cidade gaúcha de colonização alemã. Formada em Pedagogia e em Letras Anglo-Germânicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), é também mestre em Linguística Aplicada e em Literatura Brasileira e Portuguesa. Foi tradutora de literatura em alemão e inglês, abrangendo obras de autores como Thomas Mann, Virgínia Woolf, Hermann Hesse e Günter Grass. Escreveu e publicou mais de 30 livros, entre romances, coletâneas de poemas, crônicas, ensaios e livros infantis. Professora aposentada da UFRGS, atualmente é colunista da revista *Veja*. Em 2001, recebeu o Prêmio União Latina de melhor tradução técnica e científica e, em 2013, o Prêmio ABL na categoria Ficção, Romance, Teatro e Conto, pela obra *O tigre na sombra*.



### Marco Aurélio Mello

Natural do Rio de Janeiro, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também concluiu os créditos no mestrado em Direito Privado. Atuou na Justiça do Trabalho e foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em 1990. Presidiu a Corte de 2001 a 2003 e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por três vezes (1996/1997; 2006/2008 e 2013/2014), participando ativamente do processo de informatização das eleições brasileiras. Em 2014, como presidente do TSE, lançou a campanha publicitária "Mais Mulheres na Política". Ajudou a conceber a ideia publicitária "Todo Poder às Mulheres", defendendo condições que favoreçam a maior participação feminina em todas as instâncias de poder e de atuação na sociedade.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

[Acesse no site de origem: Luiza Bairros recebe prêmio Bertha Lutz \(Agência Senado, 26/02/2016\)](#)

---

# A importância de valorizar os diferentes marcadores para enfrentar a violência sexista

*(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 21/05/2015)* O debate no primeiro painel do Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres teve como principal marca o destaque às especificidades raciais e étnicas no enfrentamento às agressões a direitos da população feminina. Moderada pela médica e pesquisadora do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo Ana Flávia D'Oliveira, a sessão realizada na tarde desta quarta-feira (20) debateu perspectivas propositivas para uma cultura de não-violência contra as mulheres.

## **Leia mais:**

[Presidente da CIDH chama atenção para a invisibilidade da violência institucional \(Agência Patrícia Galvão, 25/05/2015\)](#)

[O papel da mídia na superação da cultura de violência contra as mulheres \(Agência Patrícia Galvão, 22/05/2015\)](#)

[Especialistas apontam necessidade de ações de prevenção junto aos jovens para enfrentar violência contra as mulheres \(Agência Patrícia Galvão, 21/05/2015\)](#)

## **Racismo e sexismo: elementos fundantes da sociedade brasileira, lembra ex-ministra**

A ex-ministra da Igualdade Racial Luiza Bairros ressaltou que o problema do conceito “cultura da violência” é que a cultura também é socialmente construída. “Não é a violência que cria a cultura, mas é esta que define a violência e aceita em maior ou menor grau as práticas violentas”. Luiza foi ovacionada pela plateia ao resgatar o vínculo profundo entre a violência sexista e o racismo estruturante do desenvolvimento capitalista nacional.



“No caso brasileiro temos uma sociedade onde a violência é fundante. Está no nosso DNA. A mesma força violadora dos homens em relação à natureza, que explorava de qualquer forma os recursos naturais, estuprava mulheres indígenas, negras, brancas, e torturava, muitas vezes até à morte, africanos escravizados. E hoje, mesmo considerando tudo o que já mudou em relação ao que consideramos violência, não há como discutir esse tema sem discutir racismo e sexismo. Se não retornarmos a essa discussão sobre as bases ideológicas que nos trouxeram ao momento atual vamos reproduzir o senso comum despolitizado que vigora na sociedade brasileira hoje, de que a sociedade é violenta e precisa de mais polícia, redução da maioridade penal e fazer com que as mulheres ‘se comportem’ para não serem estupradas, o que é um retrocesso”, frisou.

[easyrotator]erc\_12\_1432845141[/easyrotator]

A vinculação entre racismo e estereótipos de masculinidade e feminilidade presentes na sociedade brasileira foi defendida por Luiza Bairros como essencial para uma compreensão totalizante do problema social da violência e para a busca de soluções efetivas. “A condição racial vivida por um homem branco ou negro, mulheres brancas, negras e de outras etnias nem sempre aparece na integralidade à primeira vista. Muitas vezes a condição racial é vivida por meio da opressão de gênero”.

A antropóloga argentina Rita Segato alertou para a dominação dos corpos das mulheres como um objetivo estratégico de guerra, uma mudança de qualidade no desenvolvimento das disputas econômicas. E defendeu que o Estado precisa restaurar um tecido comunitário, no sentido construído pelos povos originários, para preservar os direitos e a vida das mulheres.

Para a especialista, na América Latina a colonização se reflete na reprodução de práticas colonizadoras pelos homens no ambiente familiar, inclusive em nações indígenas.

A procuradora e consultora da OEA, Flávia Piovesan, ressaltou a importância de considerar as especificidades dos segmentos atingidos pela violência e lembrou que “as políticas universalistas são absolutamente estáveis no sentido de perpetuar as desigualdades étnico-raciais em nosso país”.

## **Álcool e violência sexista: o debate feminista e a agenda de políticas públicas**

Questionada por ter levantado durante sua palestra a associação entre uso de álcool e violência doméstica, a médica e pesquisadora inglesa Lori Heise reiterou o posicionamento sob a perspectiva da teoria do modelo ecológico de percepção das origens da violência de gênero. Lori é professora titular da London School of Hygiene and Tropical Medicine, na qual desenvolve pesquisas sobre gênero, violência e saúde.

“Como feminista, penso que não temos ouvido o que as mulheres têm a dizer. Não se trata de desculpar esse comportamento, mas reconhecer o papel do álcool no agravamento da violência. Isso não quer dizer que o álcool cause violência, mas temos que considerar essa questão para manter essas mulheres em segurança. Há estudos que comprovam que a violência doméstica pode ser reduzida se houver normas para os homens e controle da disponibilidade de bebidas nas comunidades. Isso não vai eliminar a violência das nossas vidas, mas pode minimizar a gravidade dessa questão”, afirmou.

A perspectiva defendida por Lori aponta para o desafio de questionar o papel da indústria de bebidas na promoção ou eliminação da violência de gênero para além dos estereótipos sexistas e objetificadores comumente usados por esse ramo econômico na publicidade de seus produtos e há muito denunciados pelo movimento feminista e organizações de defesa dos direitos das mulheres.

---

## **Ativista do feminismo negro Lélia Gonzalez é a homenageada**

# do Projeto Memória - Recife, 03/03/2015

*“Lélia Gonzalez: O feminismo negro no palco da história”, a nova edição do Projeto Memória da Fundação Banco do Brasil, que será lançada no centro cultural do SOS Corpo*

No centro cultural feminista do SOS Corpo, localizado no bairro da Madalena, no Recife, será realizado na próxima terça-feira, 03/03, o lançamento da nova edição do Projeto Memória da Fundação Banco do Brasil que, em parceria com a Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh) e Brasilcap, presta homenagem à feminista negra Lélia Gonzalez.

Historiadora, filósofa, autora de livros e diversos artigos, Lélia Gonzalez foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) e professora da PUC-Rio durante dezoito anos. Seu ativismo ultrapassou fronteiras nacionais. Lélia dialogou com lideranças negras internacionais, dentre elas: a ativista negra norte-americana, Angela Davis e o cubano Carlos Moore, dentre outras (os).

Como intelectual de destaque, seu pensamento teórico contribuiu para a formação de uma consciência crítica em relação aos preconceitos que mantêm mulheres negras em desvantagem na sociedade. A homenageada nasceu no dia 1º de fevereiro de 1935, em Belo Horizonte, e morreu aos 59 anos, em 1994, no Rio de Janeiro, deixando um grande legado para as universidades, organizações negras e organizações de mulheres negras.

## **Programação**

O evento contará com a participação da coordenadora executiva da Redeh, Schuma Schumacher, que coordenou essa nova edição do projeto. Schumacher trará ao Recife a exposição Lélia Gonzalez - o feminismo negro no palco da história. Na abertura, serão lançados um documentário e um livro fotobiográfico.

Após a abertura da exposição, a socióloga e ex-ministra da Secretaria de

Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros, falará sobre a contribuição de Lélia Gonzalez, numa roda de conversa com estudantes, pesquisadores/as e integrantes dos movimentos sociais.

Para José Caetano de Andrade Minchillo, presidente da Fundação BB, a iniciativa contribui para a preservação da memória cultural brasileira. “Com esta edição do Projeto Memória a instituição presta justa homenagem a Lélia Gonzalez e à sua obra em prol das igualdades sociais de gênero e raça” afirma.

**Serviço:**

Projeto Memória “Lélia Gonzalez: O feminismo negro no palco da história”

- Roda de conversa com Luiza Bairros, socióloga e ex-ministra da Seppir

- Lançamento de documentário e livro fotobiográfico + Exposição

**Data:** 03/03/2015

**Horário:** a partir das 18h

**Local:** Centro Cultural Feminista do SOS Corpo

**Endereço:** Rua Real da Torre, 593, Madalena, Recife PE, Telefone: (81) 3087.2086

---

## **“Havia quem me indicasse o elevador de serviço”, lembra ex-ministra negra de época em que viveu no RS**

**(Zero Hora, 17/01/2015)** A gaúcha Luiza Bairros, 61 anos, desde 2011 ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), órgão ligado à Presidência da República, deu lugar à pedagoga e antropóloga mineira Nilma Lino Gomes na recente renovação do ministério de Dilma

Rousseff. Aqui, Luiza fala da época em que viveu em Porto Alegre até se formar em Administração Pública e de Empresas pela UFRGS. Sua família era da antiga Colônia Africana, um reduto negro que se desfez por volta dos anos 1940 para dar lugar ao bairro Rio Branco. Em 1979, ela adotou Salvador e perdeu contato com a terra natal. O pouco que lembra do Sul são os códigos de condutas que a convidavam a subir pelo elevador de serviço quando visitava colegas da escola.

Nesta entrevista, a ministra comenta sobre o rotundo insucesso das candidaturas negras nas eleições de 2014 e lembra que basicamente o eleitor negro, mais favorecido no Bolsa Família, ajudou na reação dos índices da presidente Dilma em setembro diante da candidata Marina Silva. Sobre os casos de racismo que marcaram o futebol no ano passado, Luiza acredita que o episódio com o então árbitro Márcio Chagas serviu para encorajar a reação do goleiro Aranha. Para ela, o país já não suporta o desrespeito, o que explica as denúncias de racismo hoje cada vez mais frequentes.

### **A senhora fez a carreira como ativista do movimento negro em Salvador, mas é de Porto Alegre. Como foi sua vida no Sul?**

A minha família é da Rua Casemiro de Abreu, parte acima da Rua Mariante, no bairro Rio Branco, na zona que foi a antiga Colônia Africana (região habitada por escravos após a Abolição e que se manteve como reduto negro até cerca de 1940, com o erguimento do bairro Rio Branco). Tenho muitas recordações, mas não sei precisar, porque o núcleo da família, pai e mãe, foi para o Menino Deus quando eu ainda era criança. Ainda ficou uma relação com o local porque os mais velhos permaneceram na Casemiro. Hoje não tem mais a casa por conta da modernização. Ela foi destruída e uma rua passa por cima. As casas antigas da região desapareceram.

### **Havia na família relatos da Colônia Africana?**

Não posso dizer que ouvi muito desses relatos. Meus tios eram muito ligados a Carnaval e a festas da comunidade negra. Eu ouvia mais sobre grupos carnavalescos, a rivalidade tradicional entre eles. Mas a memória já não é tão específica, é mais genérica.

## Onde a senhora estudou em Porto Alegre?

Estudei no Nossa Senhora de Lourdes, quando era na Rua Marcílio Dias, e depois na escola estadual Infante Dom Henrique, quando era na Rua Botafogo, no Menino Deus, e me formei em Administração Pública e de Empresas na UFRGS, em 1975.



Com formandos de Administração da UFRGS, Luiza Bairros participa de encontro da classe em Salvador (Foto: Reprodução)

## A senhora chegou a frequentar os clubes negros da cidade nos anos 1970?

A minha vida social foi apenas no Floresta Aurora (*antigo clube negro de Porto Alegre, com mais de 100 anos*). Mas sabia dos bailes do Metalúrgicos (*na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no bairro Cristo Redentor, zona norte de Porto Alegre, havia bailes com dias específicos para brancos e negros*), porque meus parentes me contavam. Era um fato bem emblemático do padrão de comportamento social que Porto Alegre manteve durante muito tempo.

## **Como foi conviver com este padrão de Porto Alegre?**

Para uma pessoa da minha geração, a gente era criado conhecendo esses códigos de conduta. Não se desafiava a forma como a sociedade era organizada. Eu tive a sorte de estar dentro de uma família que nos preparou muito bem para poder navegar dentro dessa realidade da cidade.

## **A senhora sofreu racismo aqui no Sul?**

A discriminação mais explícita eu sofri na adolescência, quando ia ao edifício onde moravam colegas brancas da escola e sempre havia um porteiro disposto a me indicar a porta do elevador de serviço. Aquilo era explícito. Quando eu circulava dentro dos códigos mantidos pela cidade, não havia problema. O complicado era quebrar o código e passar a circular em lugares onde a presença é tida como estranha.

## **Sua militância no movimento negro começou em Porto Alegre?**

Não, começou depois, na Bahia. Quando eu estava fazendo Administração na UFRGS, participei do movimento estudantil. Mas o movimento negro em Porto Alegre era muito fechado, muito restrito. Você só entrava nos grupos depois de uma referência de alguém, e a verdade é que eu nunca consegui participar. Só passei mesmo a seguir o movimento quando fui para a Bahia, já em 1979. Era diferente a maneira de como eles se organizavam, com reuniões públicas, muito bem anunciadas.

## **Persiste a ideia de que as cotas degradam a universidade?**

Na prática, não. Porque todas as avaliações feitas por diferentes universidades mostram que o desempenho do estudante cotista é muito próximo quando não um pouco superior ao de quem entra pelos mecanismos tradicionais. Então, esse tipo de preocupação já foi superado. Não significa que as pessoas contrárias às cotas tenham deixado de usar esse argumento. Contra todas as evidências, há pessoas que ainda afirmam que as cotas contribuem para diminuir a qualidade do ensino nas universidades. Não há indicações de que sejam prejudiciais. Como se sabe, a lei, que tem a ver com as universidades e os institutos técnicos, prevê reservas de 50% de vagas a estudantes de escolas públicas e ninguém diz que estão retirando



oportunidades do estudante de escola privada. O argumento só é utilizado contra a cota de estudantes negros, o que dá bem a dimensão equivocada de visão racista.

### **Entre 2012 e 2014 se formaram 133 advogados negros na UFRGS. É dado que indica mudança?**

É informação importante. Mas continuam vigorando critérios que tendem a desqualificar profissionais negros no mercado de trabalho. Por isso adotamos a reserva de vagas nos concursos públicos da administração federal com o objetivo de eliminar o que ainda existe de barreira aos lugares mais valorizados. Agora, a mudança da mentalidade ainda é uma tarefa da sociedade civil. É no campo do debate político que o racismo pode ser enfrentado de modo mais efetivo.



A recém-formada administradora em jantar em Porto Alegre com colegas da universidade nos anos 1980 (Foto: Reprodução)

### **Empresas brasileiras já demonstram preocupação com a diversidade?**

Eu estive recentemente no fórum de desenvolvimento econômico inclusivo,

da Secretaria de Igualdade Racial da prefeitura de São Paulo, com a participação de representantes de corporações multinacionais que desenvolvem trabalho de promoção da diversidade. É impressionante ver o número reduzido de interessados. Menos ainda são as empresas brasileiras com essa preocupação. Há no Brasil um campo imenso a se trabalhar, do ponto de vista da inclusão. Pelo fórum será possível mapear as características dos programas de diversidade das empresas e ver como o governo pode operar com estímulos voltados à iniciativa, essa é uma agenda da Seppir.

### **Há multinacionais que adotam programas de diversidade em seus países e não fazem o mesmo no Brasil?**

Sim, as automobilísticas, principalmente. Não há relação de como operam lá fora e aqui. Existem outras que repetem o padrão da matriz, de trabalhar a diversidade, como é o caso do Walmart e da Coca Cola, mas eu não quero particularizar.

### **Existe democracia com exclusão?**

Nós vivemos por muito tempo com a ideia de construção de uma democracia sem levar em conta o racismo. Quem rompeu com o modelo foi o movimento negro, que defendeu a inclusão do negro no processo político ou não seria democracia alguma. Do mesmo modo, o desenvolvimento do Brasil também não levou em conta as diferenças de inserção econômica e social entre grupos raciais. Temos visto o preço que o país paga por ter negado à sua maioria negra as oportunidades na educação, na formação profissional. Hoje se aponta uma escassez de profissionais no mercado que poderiam alavancar o desenvolvimento. Não se pode desvincular a escassez de hoje à exclusão imposta na nossa história.

### **A senhora fez pós-graduação em sociologia em Michigan, nos Estados Unidos, e uma de suas conclusões é que os americanos não precisam gostar dos negros, mas cumprem as leis.**

Isso tem a ver com a operação do racismo em diferentes sociedades. No caso brasileiro, há uma maioria de negros. Ninguém vai se livrar da presença da

vizinhança. Por isso aqui foi preciso desenvolver mecanismos muito mais sofisticados. Porque a convivência entre brancos e negros é inevitável. Nos Estados Unidos é o contrário. Estabeleceram um padrão de segregação espacial bastante definido, e também outros tipos de segregação, porque se tratava de manter sob controle uma parcela minoritária da população. No momento em que as regras da segregação foram rompidas, e os negros passaram a participar de vários setores da vida social, não havia de parte das pessoas uma experiência de convivência entre brancos e negros. E de certa forma se manteve assim: olha eu não gosto de conviver com pessoas negras e não vou fingir. Mas as pessoas são obrigadas a se relacionar com o outro naqueles espaços compartilhados, na escola, no trabalho. No Brasil, não. As pessoas dão tapinha nas costas, desconsideram a sua opinião, menosprezam a sua contribuição em processos coletivos. Talvez para uma pessoa que tenha vivido no Brasil seja mais fácil navegar no sistema americano. Cada tipo de racismo coloca um desafio diferente

**Não se tem noção dessa maioria aqui no Sul.**

Exatamente, mas os negros são 55% no país.

**Qual o tamanho da classe média negra na estrutura brasileira?**

Ainda não temos dados que digam afinal o que é classe média pelo porte da renda. Mas em cerca de 40% da população que ganha entre dois e cinco salários mínimos per capita a presença negra hoje é muito maior do que em anos anteriores. Houve, sim, um crescimento significativo do negro nas classes de renda intermediária.



Luiza Bairos visita os sobrinhos na casa da família no bairro Menino Deus, em Porto Alegre, em 1982 (Foto: Reprodução)

### **Que ações existem para trabalhar a imagem do negro no país?**

A Seppir trabalhou junto ao Ministério da Cultura para instituir editais voltados a produtores culturais e artistas negros, embora seja algo que desde 2012 o ministério tem feito. Uma segunda providência é o apoio ao que chamamos de mídia negra. Recentemente realizamos um seminário e é impressionante a quantidade de jovens negros que atuam em redes sociais com produtos interessantes como revistas e blogs e que travam uma batalha por uma representação mais honesta e mais verdadeira dos negros. O plano era abrir uma linha de financiamento a essas iniciativas.

### **Existe alguma iniciativa na área da televisão?**

Temos um acordo com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que resultou no lançamento de uma novela angolana, chama-se Windeck. A novela apresenta todos os cânones de um folhetim, é protagonizada por atores negros. A ideia é sugerir um maior protagonismo negro a outros programas da televisão brasileira.

## **Como foi o desempenho dos candidatos negros nas últimas eleições?**

Pela primeira vez, o Tribunal Superior Eleitoral incluiu o quesito cor e raça dos candidatos e isso vai criar a possibilidade de analisar melhor a situação brasileira. Mas existe uma participação muito significativa de candidatos negros, principalmente homens. O problema é a taxa de sucesso dessas candidaturas. Homens brancos eram cerca de 40% das candidaturas de 2014. No Congresso Nacional, eles são mais de 70% dos eleitos. Já com relação aos candidatos negros, essa pirâmide se inverte: há mais candidatos e menos eleitos.

## **Por que os candidatos negros não se elegeram?**

Há vários fatores, mas a resposta mais simples é a falta de dinheiro. Além disso, as candidaturas negras não são as priorizadas pelos partidos políticos. São pessoas que não fazem parte das redes por onde o dinheiro circula. Segundo relatos de muitos, tivemos uma das eleições mais financeirizadas dos últimos anos, o que provocou o insucesso de muita candidatura importante, de negros e de quem atua com a agenda mais geral dos direitos humanos. Foi uma devastação.

## **Estão incluídos aí os representantes comunitários?**

Sim, muitos deles, porque não têm os recursos necessários numa candidatura nem o capital político para o qual se dá valor hoje. Política dos movimentos sociais e das associações comunitárias ainda é considerada uma política com “p” minúsculo. O capital político que o negro possui está sendo cada vez mais desvalorizado. Uma candidatura hoje vale mais pelos recursos do que pela inserção política.

## **Nem os evangélicos negros conseguiram se eleger em 2014?**

Bem, ao mesmo tempo em que as candidaturas identificadas com o movimento negro não conseguiram se eleger, vários candidatos negros vinculados às comunidades evangélicas tiveram sucesso. Vai aumentar muito na Câmara Federal a presença negra ligada à religião evangélica.

## **Vai mudar o perfil dos poucos negros eleitos?**

Sim, agora esses eleitos evangélicos estão ligados a uma trajetória política que foge daquele modelo de luta contra o racismo.

### **Não é o eleitor que mais se beneficiou das políticas públicas dos últimos anos?**

É verdade. Ele foi extremamente decisivo na eleição presidencial. O Instituto Patrícia Galvão, que é uma organização feminista que trata de comunicação, elaborou um estudo das intenções de voto na eleição presidencial tomando os dados desagregados por raça. É interessante observar, por exemplo, que o eleitorado negro, composto por 55% do eleitorado brasileiro, deu a primeira demonstração de virada da presidente Dilma sobre Marina Silva no início de setembro. A retomada da dianteira da presidente foi reflexo imediato da reação do eleitorado negro. Por isso, considero que nós tivemos muito mais importância nessa eleição do que em todas as outras, até pelo acesso à informação. Do mesmo modo, no segundo turno, os especialistas disseram que a definição teria sido feita pela camada de dois a cinco salários mínimos, o que é 40% do eleitorado, na faixa de renda que resultou desses processos de mobilidade recentes, onde a presença negra é majoritária. Já o padrão para com as eleições proporcionais é outro completamente diferente, que ainda precisa ser analisado.

### **Qual a sua leitura dos casos de racismo de eclodiram no país em 2014, especialmente no futebol brasileiro?**

O que ocorre é o resultado de uma transição em que vive o país, do ponto de vista social. Numa sociedade em que diferentes setores experimentaram mobilidade social, e os negros estão no centro disso, o que acontece é o deslocamento das identidades raciais. A suposta superioridade se mostrou absolutamente falaciosa. Existe um branco que se percebe, por exemplo, como alguém que perdeu o espaço simbólico na sociedade. Acaba tratando o negro como uma ameaça à superioridade que ocupava. E as pessoas cada vez mais demonstram os seus sentimentos mais perversos em relação à pessoa negra. Não percebem que a inclusão é positiva para a sociedade, como algo essencial para o fortalecimento da democracia. Só veem o seu espaço individual ameaçado, e se manifestam contra isso com toda a perversidade e sem as amarras da etiqueta da democracia racial, porque é isso: a

democracia racial virou cinzas.

### **A senhora pode falar mais sobre essa antiga democracia racial?**

Ela impunha na sociedade um determinado tipo de etiqueta, havia coisas que se podia dizer, manifestar, então está havendo uma reação a isso.

### **É o que está acontecendo no futebol?**

Especificamente no que se refere ao racismo no futebol tem sido interessante que os casos mais rumorosos tenham partido do Rio Grande do Sul.

### **Como a senhora viu o caso do goleiro Aranha?**

Eu considero a postura do Aranha das mais dignas, de uma coragem pessoal muito grande, com superioridade moral. Ele foi capaz de se colocar acima de tudo. Foi um exemplo primoroso, tenho uma grande admiração pela forma altiva como ele reagiu, a ponto de fazer com que as instituições tomassem uma atitude. Porque o caso acabou tendo, do ponto de vista da Justiça Desportiva, um desfecho inusitado. O episódio do árbitro gaúcho (*Márcio Chagas*) também é louvável, porque ajudou a reação dos demais. Talvez não tivéssemos um Aranha com toda aquela força se o árbitro Márcio Chagas lá atrás não tivesse reagido. As reações são assim, em cadeia.

### **Estamos dando os primeiros passos para a punição pelo racismo?**

O Judiciário parece atrasado, ainda precisa suavizar as suas decisões de acordo com as manifestações da sociedade. Estava lendo um estudo sobre julgamentos de casos de racismo em tribunais de primeira instância entre 2007 e 2008. A conclusão é de que apenas 40% dos processos foram considerados procedentes. Ou seja, temos aí uma magistratura com dificuldade de reconhecer racismo como crime. Estamos falando dos casos que conseguiram avançar adiante da delegacia, fora os que se perderam pelo caminho. Mas hoje se discute mais racismo do que antes, sem dúvida. O que o movimento negro defendia há mais de 40 anos, que era transformar o racismo em assunto nacional, hoje é uma realidade.

*Jones Lopes da Silva*



*Acesse no site de origem: [“Havia quem me indicasse o elevador de serviço”, lembra ex-ministra negra de época em que viveu no RS \(Zero Hora, 17/01/2015\)](#)*

---

# ONU lança Década Internacional dos Afrodescendentes

*(Rádio ONU, 11/12/2014) Presidente da Assembleia Geral afirmou que pessoas de descendência africana sofrem racismo em todos os países; ministra brasileira Luíza Bairros participou do evento na sede da ONU.*

A ONU lançou nesta quarta-feira a “Década Internacional dos Afrodescendentes”, que terá início em 1º de janeiro de 2015 e terminará em 31 de dezembro de 2024.

O presidente da Assembleia Geral, Sam Kutesa, disse na abertura do evento “que as pessoas de descendência africana sofrem racismo em todos os países”. O tema da iniciativa é “Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”.

## **Importância**

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil, Luiza Bairros, participou da cerimônia na sede da ONU.

Em entrevista à Rádio ONU ela falou sobre a importância da Década Internacional.

“O lançamento da Década é um momento de muita alegria para nós no Brasil porque o país teve um papel muito importante em todo o processo de negociação que resultou na aprovação da Década. Com isso, nós poderemos agora fazer com que todos os Estados membros da ONU possam reiterar a sua capacidade de pensar que a situação dos afrodescendentes no mundo pode ser diferente.”

Bairros disse ainda que os governos podem trabalhar de uma outra forma assumindo como responsabilidade primária o combate ao racismo e seus efeitos.

## **Direitos**

A ministra falou também sobre o que o Brasil tem feito para combater esse crime.

“O que nós fazemos é pensar em termos de que todo mundo tem que ter direitos. Por isso trabalhamos tanto na direção do cumprimento imediato da lei de cotas que foi aprovada pelo Congresso nacional. Em 2014, conseguimos a aprovação de uma outra lei que garante 20% das vagas de concursos públicos para candidatos e candidatas negros. E fora isso, há uma série de programas que existem estabelecidos no governo federal que buscam criar oportunidades para as pessoas negras.”

## **Racismo Enraizado**

O presidente da Assembleia Geral da ONU afirmou ainda que os próximos 10 anos vão permitir que sejam analisados os desafios enfrentados pelos afrodescendentes em relação ao racismo enraizado na sociedade.

Durante a próxima década, os Estados serão encorajados a ajudar as pessoas de descendência africana reavaliando políticas e práticas que têm um impacto negativo sobre essas comunidades.

Segundo a ONU, será também uma oportunidade para “unir as vozes” e renovar a disposição política para eliminar a discriminação racial contra qualquer pessoa, em qualquer lugar.

*Edgard Júnior, da Rádio ONU em Nova York.*

***Acesse no site de origem: [ONU lança Década Internacional dos Afrodescendentes \(Rádio ONU, 11/12/2014\)](#)***

---

# Ministra encerra congresso internacional sobre pensamento de mulheres negras amanhã em Salvador

**(SEPPIR, 11/12/2014)** A ministra Luiza Bairros (Igualdade Racial), participa amanhã (12/12) da mesa de encerramento do I Congresso Internacional sobre o Pensamento de Mulheres Negras no Brasil e na Diáspora Africana. A solenidade, às 17h, será no auditório da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Largo Terreiro de Jesus, Pelourinho, Centro Histórico de Salvador-BA.

Realizado entre os dias 9 e 12 de dezembro, o Congresso tem o objetivo de explorar a produção de conhecimento promovida pelas mulheres negras em diferentes áreas, assim como divulgar o pensamento dessas mulheres e suas diversas atuações e linguagens no campo cultural, social e político.

Outros objetivos da atividade são facilitar os agenciamentos de novas pesquisas e ações, além de propiciar novos intercâmbios entre professoras/es, pesquisadoras/es, estudantes e ativistas dos movimentos de mulheres. Mas, de acordo com as organizadoras, a intenção é, sobretudo, “constituir um momento de formação e articulação de temas e perspectivas como forma alternativa de reflexão e estudos acerca das desigualdades raciais e de gênero”.

Iniciado nesta terça (9/12) com a conferência “Pensamento das Mulheres Negras no Brasil e na Diáspora Africana”, o evento acontece conjugado com o I Workshop Mulheres Negras - Pensando Práticas Sociais, Culturais e Políticas. Rodas de diálogos e de experiências e vivências, mostras de vídeos e grupos de trabalho compõem a programação que se encerra com a participação da chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR), Luiza Bairros.

O I Congresso Internacional sobre o Pensamento de Mulheres Negras no

Brasil e na Diáspora Africana conta com apoio da Seppir e resulta da parceria entre a Criola - organização de Mulheres Negras-RJ, Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NugSex/Diadorim/UNEB), Escola de Música da Ufba e Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/Ufba).

A expectativa das organizadoras foi a de agregar e articular um público envolvido e interessado na discussão, constituindo um espaço de troca de conhecimentos e experiências, que levem a reflexões sobre a temática. A atividade foi aberta à participação de pesquisadoras/es, estudantes, especialistas, profissionais, ativistas, artistas, artesãs, integrantes dos diversos Núcleos, Centros e Programas Universitários e de Pesquisa sobre o tema, de Secretarias de Governo, Núcleos de Gênero e Raça, empresas públicas e privadas.

O Congresso homenageia Lélia Gonzalez, intelectual negra brasileira que, “na década de 1980, apontava para a necessidade de pensar o universo a partir de categorias próprias, elaboradas à luz da história de mulheres negras e indígenas”.

## **Resistência**

Conforme divulgado no site do evento, as mulheres negras no Brasil e na diáspora africana têm produzido um pensamento social crítico próprio à luz de saberes, práticas e experiências históricas de resistência contra o racismo e o sexismo, recorrendo a diferentes formas de linguagem.

A proposta das organizadoras é reunir as pessoas convidadas em um mesmo espaço, promovendo o intercâmbio e a visibilização da produção intelectual das mulheres negras no Brasil e na Diáspora Africana, no enfrentamento do racismo, do sexismo e lesbofobia nas sociedades.

***Acesse no site de origem: [Ministra encerra congresso internacional sobre pensamento de mulheres negras amanhã em Salvador \(SEPPIR, 11/12/2014\)](#)***